



Pontifícia
Universidade
Católica do
Rio de Janeiro

Vitória Sousa Cardoso

**Como as dinâmicas/ os processos discursivos/as de
gênero-orientadas constituem as práticas sociais no
campo da aviação militar no Brasil?**

Trabalho de conclusão de curso

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto de Relações
Internacionais da Pontifícia Universidade
Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
como requisito parcial para obtenção do
título de bacharel em Relações
Internacionais.

Orientador: Marcello Cappucci Frisoni

Rio de Janeiro
Dezembro de 2024

Dedico o presente trabalho ao meu pai, que é o maior exemplo de dedicação e superação que uma pessoa poderia sonhar em ter. Você é o meu super-herói, amo-te ao infinito e além.

Agradecimentos

Eu gostaria de agradecer primeiramente ao meu orientador, o Professor Marcello Cappucci por ter me dado a oportunidade de ser sua orientanda, você foi parte fundamental neste processo de aprendizado, não tenho nem como expressar minha gratidão e admiração. Agradeço também ao professor Fernando Maia por ter feito parte dessa jornada, ainda que lá no começo.

Não poderia deixar de agradecer à minha família, meu irmão, e especialmente aos meus pais, Manoel Cardoso e Maria das Neves por terem me apoiado com tanto afinco em todos os meus objetivos de vida, sobretudo durante a minha trajetória na Pontifícia, tenho muito orgulho de ser filha de vocês, vocês são a minha base e o meu maior exemplo de vida, obrigado por terem me ensinado a coisa mais importante da vida: a educação.

Os meus profundos agradecimentos às minhas "vovós do coração" Maria José e Maria Antonieta, por todo o aconchego, colo de vó e incentivo vocês foram alicerces e parte fundamental da minha vida acadêmica.

A minha gratidão aos meus amigos que tornaram a minha experiência na PUC simplesmente incrível, Julia, Victoria, Gláucio e Fábio, nunca esquecerei das resenhas, as "padocas" e o quanto vocês me ajudaram durante toda a graduação. Vocês foram os melhores presentes que a PUC me deu!

Agradeço à todo o corpo docente do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio pelas contribuições inspiradoras, e que foram essenciais na minha formação.

Resumo

Cardoso, Vitória Sousa. **Como as dinâmicas/ os processos discursivos/as de gênero-orientadas constituem as práticas sociais no campo da aviação militar no Brasil?**. Rio de Janeiro, 2024. Trabalho de conclusão de curso – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente trabalho aborda a inserção feminina nas Forças Armadas e na aviação, destacando os desafios culturais, históricos e institucionais enfrentados pelas mulheres. Analisando estereótipos de gênero, masculinidade hegemônica e a representação estética, discute como essas dinâmicas limitam a igualdade. Avanços como a admissão de mulheres na FAB revelam conquistas importantes, mas a inclusão plena exige reformas estruturais e culturais que promovam diversidade e equidade nos espaços militares.

Palavras-chave

Palavras Chave: Gênero; Aviação; Militar .

Abstract

Cardoso, Vitória Sousa. **How do gender-oriented dynamics/discursive processes shape social practices in the field of military aviation in Brazil?**. Rio de Janeiro, 2024 . Trabalho de conclusão de curso – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This paper addresses the inclusion of women in the Armed Forces and aviation, highlighting the cultural, historical, and institutional challenges faced by women. By analyzing gender stereotypes, hegemonic masculinity, and aesthetic representation, it discusses how these dynamics limit equality. Advances such as the admission of women in the Brazilian Air Force (FAB) reveal important achievements, but full inclusion requires structural and cultural reforms that promote diversity and equity in military spaces.

Keywords

Keywords: Gender; Aviation; Military.

Sumário

1. Introdução	9
2. Marco Teórico	11
3. Metodologia	17
4. Contexto histórico das Forças Armadas Brasileiras	17
4.1. Habitus Militar e a construção social da masculinidade	18
4.2. A Modernidade e o ideal militar	18
4.3. Doxa militar e a sua relevância histórica	19
5. Emancipação feminina e a mulher militar	19
5.1. Masculinidade hegemônica	27
5.2. Papéis tradicionais de gênero na Guerra	29
6. Socialização e treinamento militar	30
6.1. Desafios para a presença das mulheres nas Forças armadas no Brasil	31
7. Análise de Imagens	33
8. Conclusão	33
9. Referências bibliográficas	36

*“Para aqueles que estão determinados a voar, não ter asas é apenas um
detalhe.”*

Autor desconhecido

1. Introdução

Da Capitão Carla Borges, a primeira mulher a comandar o Airbus A-319 presidencial à representação da comissãria de bordo ultra sensual de Britney Spears para seu videoclipe de Toxic em meados dos anos 2000, deste modo, é possível conjecturar que há um senso estético implícito a cerca da representação e presença feminina na aviação.

Carla Borges foi integrante da primeira turma de mulheres no curso de formação de oficiais aviadores da Academia da Força Aérea, a AFA, em 2003. Somente em 2016 ela passa a configurar o corpo de pilotos no comando do avião presidencial brasileiro, sendo a primeira mulher a realizar tal feito, na época, com 34 anos de idade e após 13 anos de corporação e mais de 1,5 mil horas de voo acumuladas no comando de diversas aeronaves.

Com isso, a “capitão” ganhou um grande destaque no meio de um universo configurado majoritariamente pelo sexo masculino, uma vez que desde a criação da Força Aérea Brasileira, em 1941, somente em 1982 as mulheres passaram a serem aceitas na instituição. Borges ainda destacou, à época, que apenas 20 pessoas eram mulheres de um grupo de 180 oficiais em sua turma no ano de 2003. Além disso, segundo reportagem do G1, em 2016, apenas uma a cada seis pilotos da FAB é mulher. Ela também foi pioneira ao integrar o Esquadrão Escorpião, quando ela se tornou a primeira mulher a pilotar o A-29 Super Tucano e chegar ao restrito grupo da aviação de caça, com isso, é importante ressaltar que sua equipe é composta de nove homens e ela. A própria FAB, aponta baseada em dados do Comando-Geral do Pessoal, o COMGEP, de dezembro de 2016 no qual as mulheres representam um quantitativo total de 11 mil oficiais, o que é 16% de todo o efetivo empregado.

Não obstante, a aviação brasileira coleciona “pioneirismos” no que tange a presença feminina no setor, podemos citar ainda Anésia Pinheiro Machado, que aos 18 anos, foi a segunda mulher a receber o brevê, a licença necessãria que permite a pilotagem de aeronaves.

Isso não se deve ao processo seletivo de ingresso na FAB em si, pois este é “livre pra qualquer cidadão maior de 18 anos”, a própria corporação disponibiliza breve descrição de como é o processo em seu site. Para tal, é preciso passar na seleção para o Curso de Formação de Oficiais Aviadores, o CFOAV da Academia da Força Aérea, a AFA, e então os candidatos passam por provas teóricas, testes de aptidão

física, psicológica e de saúde. Além disso, devem realizar o TAPMIL, Teste de Aptidão para Pilotagem Militar que avalia o potencial psicomotor dos candidatos, como também suas habilidades cognitivas como a atenção e o senso de espacialidade.

Contudo, ainda que o processo seja institucionalmente garantido para qualquer um, podemos observar como já supracitado que o corpo feminino da instituição é informado por um número muito pequeno mulheres. Isso pode ser atribuído a alguns elementos discursivos e estéticos previamente estabelecidos do que é a mulher, o que pode elas exercerem e quais espaços podem e/ou devem fisicamente ocupar, dado que até a Segunda Guerra Mundial as mulheres sequer trabalhavam fora do ambiente doméstico.

Por exemplo, ainda que exista um conjunto de vocábulos na língua portuguesa que incluam a flexão dos termos “capitã”, “pilota”, a grande parte das mulheres que se fazem presentes nesse contexto de aviação militar preferem que sejam chamadas como “capitão”, “piloto”, termos no masculino. Além disso, ao utilizar alguns mecanismos de pesquisa, como o Google, por exemplo, e pesquisar os termos “piloto de avião” e “comissários de bordo”, o primeiro, geralmente aparecem homens exercendo sua função de piloto, o segundo, aparecem mulheres, ou conjuntos de mulheres, esse imagético é proposital, a mulher pode ser presente na aviação, mas geralmente está representada nos locais em que ocupa posição de subserviência.

Assim, podemos pensar que esses elementos estéticos estão refletidos na representação da comissária de bordo super sexy de Britney Spears em seu vídeo clipe de divulgação da música premiada com um Grammy, Toxic. Via de regra, as comissárias de bordo da aviação comercial são vistas de uma maneira bastante sexualizada e estão submetidas à cobranças muito superiores no que tange a sua aparência do que os homens, essas vão desde as unhas milimetricamente esmaltadas à maquiagem que deve estar impecável.

Já no flight deck dos aviões comerciais, é raro uma tripulação composta 100% por mulheres, de acordo com dados da ANAC, a Agência Nacional de Aviação Civil, mostra que apenas 2,3% do brevês para pilotar aviões foram concedidas para mulheres nos últimos 72 anos. Não raro, entretanto, é que essas mulheres são confundidas com as comissárias que compõem a tripulação dos seus voos, ainda que estejam devidamente uniformizadas como “pilotas”.

2. Marco Teórico

O artigo “The Aesthetic Turn in International Political Theory” de Roland Bleiker está ligado ao problema de pesquisa, uma vez que o autor inicia suas reflexões afirmando que “We have all grown accustomed to familiar representations of the international and its conflicts” (BLEIKER, 2001, p. 509), ou seja, nós, individualmente, e enquanto sociedade, crescemos e posteriormente entendemos e discutimos o internacional, a partir do viés das representações com as quais nós fomos acostumados, com isso, criando um certo senso de normalidade.

Desse modo, o autor expõe a necessidade de validação de outro meio de estudar a política, internacional, a estética, mais especificamente, contrastar a estética com representações baseadas na imitação. Para o autor, ao pensar a estética, reconheceremos que a diferença inevitável entre a representação e o representado, é justamente onde está localizada a política. Em outras palavras, as dinâmicas políticas estão localizadas na lacuna entre a representação de uma comissária de bordo ultra sexualizada no videoclipe de uma estrela mundial pop, e o “objeto” representado, nesse caso, as profissionais comissárias de bordo.

O autor pontua que o desafio é encontrar maneiras de reclamar o valor político da estética, e que fazê-lo não é uma tarefa fácil. Mas antes, ele reflete que antes e explorar a significância da estética, é necessário sobrepô-las, ele mostra, que Jacques Derrida fala de duas diferentes abordagens: a primeira procura descobrir a verdade que de alguma forma não se faz necessária interpretação, e a segunda aceita e firma que o representar político é uma forma de interpretação, que é intrinsecamente incompleta e ligada aos valores do observador.

Assim, podemos observar que a representação política de um dado objeto, é intimamente ligada a valores constituídos anteriormente a respeito daquele. Bleiker, reflete que a realidade política não existe a priori, que existe apenas com o processo da representação. A estética, por sua vez, encontra-se diretamente ligada a política, porque engaja a lacuna que se abre entre as formas de representação e o objeto a ser representado.

O autor traça um paralelo entre o trabalho de um pintor e um cientista social:

“Ambos retratam os seus objetos de modos particulares de representação, até mesmo uma pintura naturalista ainda é uma forma de representação. Ela não consegue capturar a essência do objeto. É pintada de um certo ângulo, num dado

momento do dia e em uma certa luz. Os materiais serão os escolhidos pelo artista, assim como as cores e o tamanho da pintura e até mesmo sua moldura.” (BLEIKER, 2001, p. 512, tradução nossa)

De mais a mais, podemos inferir que a lente teórica utilizada na presente pesquisa, ou seja, o estudo acerca dos elementos estéticos/ e discursivos é uma teoria que irá buscar estudar a lacuna entre a representação (significante) e o representado (significado).

Além disso, Roland pontua que o conhecimento que temos dos objetos, não eram vistos como sendo estruturados pela sua existência a priori, mas pela natureza da percepção que temos deles. Para mais, a representação é sempre um ato de poder, e que esse pode no seu auge representativo, consegue disfarçar sua origem subjetivas e os seus valores.

A estética, segundo o autor, é uma importante e necessária adição no nosso repertório representativo, pois, ela irá nos ajudar a entender o porque a emergência, significado e relevância de um evento político pode ser apreciado apenas uma que debatemos as práticas representacionais que constituíram a natureza deste evento. Contudo, o entendimento da estética é baseado na noção de que a significação é inerentemente incompleta e um processo problemático.

Da perspectiva pós moderna,, o autor afirma que é importante reconhecer que a linguagem é a pré-condição para a representação e, por consequência, todo conhecimento significativo do mundo. E nesse sentido, essa abordagem tiveram uma “virada” linguística e reconheceram que o entendimento do mundo está ligado as linguagens e o uso que fazemos dela. Nesse caso, o uso de elementos discursivos e estéticos para moldar uma determinada noção de feminilidade.

O autor cita também o trabalho de Cynthia Enloe, ele flexiona que segundo a autora, notadamente conhecida pelas suas produções feministas, que “as relações entre governos não depende apenas de capital e armamento, mas também do controle das mulheres enquanto símbolos, consumidoras, trabalhadoras e confortos emocionais” (BLEIKER, 2001, p. 524 apud ENLOE, 1989, p. xi, tradução nossa) ao realizar essa afirmação, segundo Roland, a autora “amolece” as barreiras entre a imitação e a estética de modo que altera as práticas de dominação e cria as pré-condições para o estabelecimento de mais do que apenas uma ordem política.

De mais a mais, assim, podemos estabelecer uma ligação entre os estudos de estética e as teorias feministas para alcançarmos o problema de pesquisa: *“Como as dinâmicas/ os processos discursivos/as de gênero-orientadas constituem as práticas sociais no campo da aviação militar no Brasil?”*

Em termos de teorias feministas, utilizaremos os capítulos I e II do livro “Bananas, Beaches and Bases” de Cynthia Enloe (2014), como base para responder problema supracitado. No primeiro capítulo “Gender Makes the World Go Round”, a autora procura estabelecer um parâmetro do que se trata uma teoria feminista de Reações Internacionais, a autora afirma que para dar um sentido feminista à política internacional exige que curiosidade sobre a vida de cada uma dessas mulheres, e sobre a vida de mulheres nas quais você ainda não pensamos.

Enloe (2014) questiona em quem presta atenção nas mulheres trabalhadoras quando, são os homens e algumas mulheres da elite que determinam o destino das nações? Uma pesquisa feminista, segundo a autora prestam atenção às mulheres de baixo status porque prestar atenção nas mulheres nesses empregos pouco de baixa notabilidade pode falar muito sobre o trabalho político em assuntos do alto escalão estatal. Para ela, a lealdade é feminizada, o sigilo é feminizado, assim como a manutenção dos registros e a rotina feminizada o entanto, o status e o controle são masculinizados. Entretanto as feministas, para Enloe (2014), deixam claro que há muito mais mulheres envolvidas na política internacional do que a mídia indica.

Cynthia investiga o funcionamento das masculinidades e feminilidades à medida em que cada um desses aspectos pré-estabelecidos moldam a vida política internacional, ou seja, para conduzir uma pesquisa pautadas na teorias que estudam gênero é necessário perguntar onde estão as mulheres, a fim de descobrir exatamente como esse mundo funciona. A pesquisa informada pelo feminismo é alimentada pelo desejo de revelar as ideias, relacionamentos e políticas em que esses papéis de gênero desiguais dependem.

Para Enloe (2014) , sob a ótica das teorias tradicionais, é reforçando um dos baluartes cruciais das relações políticas internacionais de hoje, a masculinidade heterossexual. Ela fala que a turista e a camareira, a professora e seus alunos, a estrela de cinema, os proprietários do estúdio, os executivos da empresa de bananas, a dona de casa americana e os entusiastas contemporâneos do YouTube, assim como o soldado, o dono do bordel e a mulher que trabalha como prostituta estão todos imbricado numa rede internacional.

No entanto, nessa rede, nem todos estão em posição de ditar as regras, informar os discursos. Inobstante, é crucial para esta investigação feminista sobre relações internacionais desiguais que não se crie uma dicotomia falsa entre a suposta “vítima irracional” e o supostamente “ator empoderado”.

Numa pesquisa de gênero-orientada requer perguntar não apenas sobre os significados de masculinidade e feminilidade, mas também sobre como esses significados determinam onde as mulheres estão e o que elas pensam sobre estar lá. Realizar uma análise de gênero feminista requer investigar o poder: que formas o poder assume? Quem a empunha? Como algumas formas de poder de gênero são camufladas para que nem pareçam poder? Para ela, poder, gosto, atração e desejo não são mutuamente exclusivos.

Questiona quais são os sacrifícios uma mulher como mãe deve fazer, que prioridades uma mulher como esposa deve abraçar, que abordagens em público uma mulher deve considerar boas ou não, que identidade de vítima uma mulher refugiada deve adotar, que limites nas amizades com outras mulheres uma mulher deve se policiar, na realidade, para Enloe, tudo isso é moldado pelo exercício do poder, e por pessoas que acreditam que seus próprios interesses locais e internacionais dependem de mulheres e meninas internalizando essas ideias a respeito da feminilidade específicas. Se as mulheres internalizarem essas expectativas, não verão a política por trás delas, portanto.

Na medida que se aprende a olhar para o mundo através de olhos feministas, aprende-se a perguntar se algo que passa por natural, inevitável, inerente, tradicional ou biológico ou se foi fabricado e questionar como algo foi feito implica que foi feito por alguém com um certo tipo de poder. Ideias, palavras e posicionamentos importam.

A autora mostra que uma das funções mais importantes que a primeira-ministra britânica Margaret Thatcher desempenhou durante a década de 80 foi romper nosso “entorpecimento” de gênero. Pois uma mulher em uma foto torna mais difícil para nós ignorarmos que os homens são homens. Uma vez que começamos a olhar para os homens como homens, é mais provável que fiquemos curiosos sobre as masculinidades que informam a existência desses homens, enquanto seres sociais. Entre as muitas consequências, a absorção da ideia de que vivemos em um mundo perigoso serve para reforçar a ideia e prevalência de algumas formas particulares de masculinidade enquanto subordina a maioria das mulheres e a própria feminilidade.

Além disso, essa disputa masculinizada de feminilidade entre homens molda não apenas a política internacional de guerra e segurança nacional, mas também a política internacional de empregadas domésticas, profissionais do sexo, esposas, operárias de fábrica e trabalhadoras rurais. Esse consenso determina o que é considerado mero “trabalho de mulher” e, portanto, impróprio para qualquer homem viril.

Os Formuladores de políticas, e também a maioria de quem os criticam tentam esconder e negar que veem nas mulheres trabalhadoras feminizadas, como esposas respeitáveis e leais, como objetos sexuais, como filhas obedientes, como agricultoras não remuneradas, como cafeicultoras, servindo como ativistas e como consumidores e turistas. E ao expor a relação de co-dependência em relação as mulheres que estão dentro dessa noção específica de feminilidade podemos enxergar que o mundo também depende de noções artificiais de masculinidade.

No segundo capítulo: “Lady Travellers, Beauty Queens, Stewardesses” a autora ao falar de turismo, mostra alguns momentos nos quais a força feminina foi capaz de alterar o curso de alguns discursos pré-estabelecidos. Ela começa a sua discussão pontuando que nesse momento da história mundial de gênero, mais mulheres políticas estão ocupando posições de influência na formulação de políticas de turismo, ou seja, um em cada cinco dos Ministros do Turismo do mundo é uma mulher, uma proporção maior do que entre os ministros de qualquer outro país, e a maioria dessas mulheres ministras do turismo estão em governos africanos.

Contudo, a autora, em outro momento de sua inflexão procura enfatizar que em meados do século XX, as mulheres tripulantes se multiplicaram quando os executivos da empresa começaram a perceber que suas passageiras preferiam ser atendidas por mulheres. Enloe (2014) cita Elaine Lang e Evelyn Huston, que estavam entre as poucas mulheres britânicas que se inscreveram trabalhavam no Empress of Scotland na década de 1930, uma época em que era difícil encontrar empregos em solo. As duas trabalhavam como aeromoças, subindo gradualmente na hierarquia, mas descobriram que era impossível invadir o corpo de oficiais que era totalmente masculino. Uma vez que quando os homens que fundaram as primeiras companhias aéreas inicialmente consideraram pilotos, eles pensaram apenas em homens, apesar das mulheres estarem entre a primeira geração de pilotos de avião. Com Blanche Scott sendo considerada a primeira piloto mulher, e embora a primeira mulher a obter uma licença de para pilotar tinha sido Harriet

Quimby, em 1911, e houvesse cerca de 700 mulheres pilotos em 1935, não foi até 1973 que uma companhia aérea regular dos EUA contratou sua primeira mulher como piloto, Emily Howell. As primeiras oito mulheres “aeromoças” decolaram com a Boeing Air Transport em 1930, com isso a feminização das tripulações de cabine das companhias aéreas foi rápida e em 1937, as companhias aéreas americanas empregavam 105 comissários de bordo e 286 aeromoças. Após a Segunda Guerra Mundial, com a rápida ascensão do turismo de massa internacional, as tripulações de cabine masculinizadas foram complementadas por tripulações de cabine completamente feminizadas. Contudo, essa feminização das tripulações de cabine de avião não foi percebida como simplesmente opressiva pela maioria das mulheres contratadas para serem comissárias de bordo durante as décadas de 1950 a 1970. Assim, duas mudanças, no entanto, radicalizaram muitas mulheres que trabalham como comissárias de bordo: a deterioração de suas condições de trabalho a bordo e o número crescente de executivos do sexo masculino que tentaram abusar das comissárias de bordo.

E diante dessas mudanças, muitas aeromoças resolveram se organizar. Em 1972, duas mulheres que trabalhavam como comissárias de bordo para uma companhia aérea dos Estados Unidos organizaram o Stewardesses for Women's Rights para desafiar os estereótipos sexistas sustentados tanto pelos empregadores corporativos quanto por seus passageiros masculinos que assediavam sexualmente. E assim como as camareiras, junto com garçonetes, cozinheiras e guardas de segurança, que são tão cruciais para a indústria do turismo internacional quanto os mineiros e trabalhadores de banana, borracha e açúcar foram para as indústrias coloniais. Ainda assim, uma camareira parece diferente, pois mesmo um empregado mal pago e sobrecarregado de trabalho em uma plantação de banana ou açúcar tem um facão, um símbolo de força, um sinal de que seu trabalho é viril, com isso, muitos movimentos nacionalistas se reuniram em torno da imagem do trabalhador explorado nas plantações, ele representou a negação da soberania nacional. Entretanto para eles, “nação de camareiras” não tem o mesmo apelo. Afinal, uma mulher que trocou o trabalho como trabalhadora agrícola não remunerada pelo trabalho como faxineira de hotel mal remunerado não perdeu nada de sua feminilidade; ela simplesmente o confirmou.

Desse modo, presume-se que as mulheres na maioria das sociedades sejam faxineiras, lavadoras, cozinheiras e garçonetes naturalmente capazes. As mulheres

hoje podem ser encontradas trabalhando como gerentes de hotéis, proprietárias de agências de viagens e pilotos. Inobstante é necessário questionar: Onde estão as mulheres? Onde estão os homens? Quem está tomando quais decisões para quem?

3. Metodologia

Segundo Brooke Akerly (2008) a pesquisa feminista não é exclusiva às mulheres ou mesmo quem se identificam como feministas. Ela ainda pontua que a teoria e os métodos feministas provocam a auto-reflexão, capacitam o pesquisador a explorar novas questões reveladas por tal reflexão e orientam o processo de pesquisa de forma atenta ao poder do conhecimento.

Ao operacionalizar as variáveis, e coletar os dados, podemos usar a análise de gênero. A autora pontua que a investigação feminista trata de revelar diferenças inquestionáveis e desigualdades que ocultam o exercício do poder. Na pesquisa empírica, o feminismo incentiva a atenção aos desafios de ver a marginalização quando as autoridades sociais, políticas e econômicas de uma sociedade tornam as hierarquias invisíveis ou socialmente caracterizadas como naturais.

Desse modo, como método de pesquisa, farei a reflexão do tema utilizando autores pertinentes, bem como da análise de imagens, utilizando de vídeos nos quais estão mobilizadas algumas profissionais que atuam no campo da aviação militar no Brasil, tais quais, vídeos institucionais da Força Aérea Brasileira, além entrevistas concedidas. Essa metodologia, visa, em primeiro lugar, se questionar “onde estão as mulheres?” e como estas estão sendo representadas, ou não e de que formas. Além disso, realizar o debate e a mobilização através dos dois autores Roland Bleiker e Cynthia Enloe, a fim de realizar uma conexão e análise entre os recursos imagéticos e a teoria empregada para a análise.

4. Contexto histórico das Forças Armadas Brasileiras

O campo militar é descrito como um espaço relativamente autônomo, em que suas dinâmicas combinam dimensões normativas (racional-burocráticas) e discursivas (irracional-simbólicas), estruturando suas atividades de maneira interdependente.

Essa definição, apresentada por Alexandre Rosa (2007), destaca o caráter peculiar do ambiente militar e sua organização.

Uma vez que as práticas de um indivíduo, ações cotidianas e ordinárias, são trazidas para o centro da análise e encaradas como propulsora e construtora das dinâmicas das relações internacionais. (Amaral, 2023) Com isso, as regras, posições e capitais do campo militar só se tornam significativas para o indivíduo quando assimiladas por meio de um processo pedagógico socializador, caracterizado por práticas discursivas que sugerem e reforçam a doxa. Essa última é definida por Franklin (2004, p. 374) como “um juízo subjetivo com valor apenas momentâneo, incapaz de servir como referência ética, pois admite a possibilidade de falsidade nas crenças que fundamentam a ação”. Esse processo ocorre predominantemente nos cursos de formação, onde se constrói o que Rosa (2007) denomina *habitus* militar, ou seja, a incorporação das disposições e práticas que estruturam o campo.

4.1. Habitus Militar e a construção social da masculinidade

Ao discutir o conceito de *habitus* militar, Rosa (2007) enfatiza sua relação intrínseca com a construção social da masculinidade. Ele afirma que “se a construção do Brasil foi um empreendimento militar, a construção do Exército foi um empreendimento masculino” (Rosa, 2007, p. 148). Essa masculinidade, em seu ideal moderno, encontra raízes na transição histórica da Idade Média para a Idade Moderna europeia, influenciada pelo modelo herdado do Exército português.

Com essa transição, ocorre a transformação do cavaleiro em cavalheiro, simbolizando a passagem da “nobreza da espada” para a “nobreza de corte”. Esses conceitos, posteriormente absorvidos pela sociedade, consolidaram-se no ideal burguês de masculinidade: coragem, sobriedade, responsabilidade, honra e disciplina. Tais atributos moldaram o modelo moderno de masculinidade e encontraram no campo militar um espaço privilegiado para preservação e prática.

4.2. A Modernidade e o ideal militar

No ambiente militar, o homem burguês encontrou a oportunidade de defender sua honra, agora desvinculada da aristocracia e associada à causa nobre da

modernidade: a defesa da pátria. Assim, a honra deixou de ser um atributo exclusivo da linhagem para se vincular ao soldado como defensor de ideais nacionais.

Os processos que introduziram hierarquia e disciplina no campo militar foram profundamente influenciados pela tradição da espada e pelo ethos burguês, formando um sujeito capaz de "agir docilmente na paz e furiosamente na guerra, com corpos fortes e resistentes à dor, ao perigo e à morte, movidos pela crença em algo maior: a nação" (Rosa, 2007, p. 150). Esse ideal consolidou o campo militar como guardião de um modelo masculino legítimo, especialmente em períodos de guerra.

4.3. Doxa militar e a sua relevância histórica

A consolidação do ideal militar como um sinônimo de masculinidade, reforçada durante as Grandes Guerras, evidencia como a doxa militar, segundo Rosa (2007), está profundamente ligada à doxa masculina, um processo anterior ao próprio surgimento do Exército Brasileiro. Essa lógica histórica se mantém graças a ações pedagógicas que introduzem a doxa nos corpos, transformando-a em práticas duradouras que orientam o campo militar.

Portanto, o campo militar não é apenas um espaço de defesa nacional, mas também um território simbólico de preservação de valores históricos, culturais e sociais que moldaram a masculinidade e continuam a influenciar práticas contemporâneas nas Forças Armadas.

5. Emancipação Feminina e a Mulher Militar

Como postulado por Alexandre Rosa (2007) Ao longo das últimas décadas, as mulheres têm se inserido em espaços anteriormente restritos aos homens, como o trabalho, a ciência e o esporte. No entanto, continuam enfrentando resistência significativa em campos tradicionalmente masculinos, como o **religioso, o político e o militar**, estruturas consolidadas desde a Idade Média e que permanecem influentes até os dias atuais.

Com isso, mesmo que diante de um movimento social de abertura, a hermeticidade das organizações militares têm a tendência de assumir uma dinâmica apática, na qual busca preservar as estruturas do passado, estas que até podem ganhar ganham outros significados no presente, mas não são completamente rompidas.

Para além, o que é entendido como o “mundo militar” para o autor, que se dá na qualidade de campo social possui **regras, relações de força e tipos de capital** e delimitam um espaço relativamente autônomo, que, cuja dinâmica, por força da hierarquia, está pautada na estratégia traçada pelos dominantes (homens) e que tende conservar as dinâmicas e estruturas do campo. (Rosa, 2007, grifo nosso)

De mesmo modo, o campo militar assume um caráter masculinizado em função do vínculo com a nobreza de espada, cuja honra deveria ser defendida a todo custo. Com efeito, ao ingressar no campo militar, a mulher fica submetida à essas subjetividades, que devem necessariamente ser assimiladas por elas, sob o risco de não permanecerem no campo militar.

Sendo assim, as mulheres, então, se dispõem à um determinado tipo de socialização que tende a praticar a violência simbólica em sua feminilidade na medida em que são submetidas a um tipo de ordenamento que tem a percepção masculina como centro de visão de mundo, cultura e história das instituições militares.

Implicito à este fenômeno, a violência simbólica resulta da ação pedagógica sofrida pelos ingressantes no campo, sobretudo as mulheres, que são duplamente violentadas: ao serem civis e ao serem mulheres. A mulher está inserida, portanto, nas mudanças sociais que deslocaram sua posição de dominação passando para a emancipação, e esse fluxo macula a saída da esfera privada para a esfera pública ocupando espaços antes masculinos. (Rosa, 2007)

No Brasil, como apresentado por Rosa (2007) a separação entre a esfera pública e privada é interpretada por DaMatta (1987, grifo nosso) como sendo a diferença entre o ambiente da “**Casa**” e da “**Rua**”. Nos quais, entre os espaços simbólicos, a Casa, nesse contexto representa o espaço coletivo harmônico entre os que nela habitam. Ou seja, o lugar onde uma maior ou menor intimidade é permitida, possível ou abolida para os indivíduos. A casa é compreendida como o ambiente dos prazeres,

da amizade, e da tranqüilidade. Um lugar gerido pela “Mãe”, que não trabalha, não se discute e não se disputa.

E por outro lado, a Rua é o espaço do individualismo, onde não há harmonia nem tranqüilidade entre os participantes, mas sim, um ambiente hostil, este, o qual o Indivíduo, que é entendido como um simples pedestre absorvido pelas regras e desprovido de qualquer sistema de relações, tenta articular suas estratégias de sociabilidade que preservem ou conquistem seus interesses. Ou seja, a rua é um lugar onde o “Pai” busca o sustento do lar e a maximização dos interesses que podem melhorar a vida na Casa.

Na direção contrária, agora da Casa para a Rua, a inserção da mulher no mercado de trabalho pode ser considerada um movimento de sobreposição e ruptura das duas esferas (Casa e Rua), simultaneamente. Esse movimento se sobrepõe porque mesmo exercendo atividades profissionais “na Rua”, as mulheres, em larag escala, ainda cumprem os afazeres domésticos “da Casa”, o que as leva a transitar nas duas esferas assumindo uma dupla jornada de trabalho. (Rosa, 2007)

E essa transgressão feminina diante da dicotomia público/privado gerou uma ampliação da esfera pública possibilitando uma participação cada vez maior das mulheres nos espaços de poder da sociedade, como o campo militar.

Nesse ínterim, ainda nos anos 1930, ao mesmo tempo em que as mulheres ocupavam as primeiras fábricas, também eram educadas para casar e ter filhos. E somente a partir dos anos 1960 que ocorreu um aumento das oportunidades profissionais e educacionais que acarretaram na entrada da mulher num contexto de trabalho mais qualificado, e essa transição foi marcada por uma série de dificuldades e conflitos no campo político, sexual e o feminismo acadêmico.

Com a Constituição Federal de 1988, as mulheres finalmente conseguem a igualdade de direitos e com isso garantem – pelo menos juridicamente – proteção do mercado de trabalho e proibição de diferenças de salários, de exercício de funções e de critério de admissão.

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;”

(BRASIL, 1988).

Nas organizações que adentram, por sua vez, as mulheres também conquistam espaços que vão além do chão de fábrica das atividades manuais e passam a ocupar cargos de supervisão e gerência, o que modifica toda a dinâmica das relações de trabalho do setor. Nesse sentido, persistem os desafios que permeiam a modificação das relações hierárquicas entre homens e mulheres, como a incorporação de valores masculinos, enfrentamento da dupla jornada de trabalho e, conseqüentemente, da segregação e discriminação materializadas por meio da adoção de salários menores e funções menos relevantes, o que caracterizava um tipo de segregação horizontal, fato esse, que deu início ao fenômeno denominado de “teto de vidro” (visto como um tipo de segregação vertical), que se caracteriza por: “barreiras invisíveis que são institucionalizadas pelo universo masculino e impedem a ascensão profissional do segmento feminino na hierarquia das organizações.” (Rosa, 2007, p. 221)

Inobstante, mesmo com tais aberturas e suas barreiras estruturais, as mulheres conquistaram também posições em áreas profissionais historicamente dominadas por homens, por exemplo, na política, na Polícia e nas Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), das quais, no Exército, por exemplo, ainda perdura certa resistência na sua aceitação.

Nesse contexto, a presença da mulher no organograma militar contemporâneo é o resultado de um longo processo de aproximação delas nessa esfera social tradicionalmente masculina.

Com isso, três fases marcam esse processo segundo Rosa (2007, grifo nosso): a **agregação** em que elas apenas acompanhavam os exércitos exercendo funções informais de apoio, a **convocação** em períodos de guerra para funções auxiliares e,

finalmente, sua **incorporação** efetiva na organização, com direito a uma carreira, promoções e condições muito próximas aos dos homens.

Assim, os pontos de inflexão da marginalização feminina nos combates residem na influência do Direito romano na estruturação dos exércitos medievais (Itália, durante início do século XII; os países germânicos em meados do século XII, e a França, durante os séculos XV e XVI) que restringiam sua incorporação no exército, e além disso, havia a Igreja católica que manifestava frequente desconfiança em relação à presença da mulher, que era vista como fonte do pecado.

Desse modo, somado a uma série de outros fatores, o feminino passa a ser visto como algo contrário à guerra e por isso deveria ser afastado dos conflitos armados, entretanto elas não se ausentariam totalmente dos campos de batalha, elas continuaram presentes nas marchas e nos acampamentos sendo conhecidas, daí por diante, como “as mulheres que acompanhavam os exércitos” (Rosa, 2007, p. 223). *A priori*, elas estavam fora dos combates, mas exerciam diversas funções nos agrupamentos nos quais faziam parte.

A legislação do Antigo Regime passou a regular as funções que eram autorizadas, e fixou o número de mulheres que poderiam acompanhar os exércitos. Essa medida foi responsável pela institucionalização da mulher como instrumento de apoio, prestando serviços auxiliares em pontos seguros da guerra como nos acampamentos à retaguarda dos combates.

De mais a mais, a Primeira Guerra Mundial foi de tal magnitude que naquele momento a escassez da mão-de-obra se tornou um problema para os países envolvidos no conflito. Consequentemente, era preciso mobilizar um grande número de voluntários para formar as linhas de frente nos combates e, sobretudo, o esforço de guerra na retaguarda. Por isso, a convocação do contingente feminino entrou na pauta das discussões políticas e passou a ser vista como uma alternativa ao problema da falta de efetivo, uma vez que, ao ocuparem posições nas chamadas “atividades-meio” (enfermaria, cozinha, etc.) as mulheres faziam possível que os homens exercessem as “atividades-fim”, isto é, estar nas áreas combatentes. Outrossim, a Primeira Guerra Mundial foi o palco de atuação dos primeiros corpos

femininos militarizados. E entre as nações envolvidas no conflito, destacam-se as iniciativas da Inglaterra e dos Estados Unidos. (Rosa, 2007)

Já com a configuração do serviço feminino na Segunda Guerra, mostrou ser uma oportunidade de “ouro” em que o Brasil também pôde formar o seu primeiro corpo de voluntárias femininas na *Força Expedicionária Brasileira* (FEB). Um vez que com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, novamente as nações envolvidas se viram diante da necessidade de angariar efetivo. No entanto, a experiência da primeira guerra ajudou a re-organizar as forças principais e auxiliares visto que já existia uma estrutura jurídica e militar que pudesse legitimar as convocações dessas mulheres.

Com o rompimento das relações brasileiras com o Eixo (Alemanha, Itália e Japão) em 1942, no final do mesmo ano, o Estado brasileiro cogita a possibilidade de enviar tropas brasileiras para participarem do conflito. E após o encontro entre o então Presidente Getúlio Vargas e Franklin D. Roosevelt, na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte em janeiro de 1943, ocorre a decisão de enviar uma força expedicionária que começou a ser formada em julho do mesmo ano, mas com envio efetivo apenas a partir de julho de 1944. (Rosa, 2007)

Nesse contexto, a partir da solicitação dos países aliados, em particular dos Estados Unidos, que o Brasil enviasse um corpo de enfermeiras para atuar no cenário de guerra e também por pressão popular para participação no conflito, começa a mobilização das mulheres para comporem o Batalhão de Saúde na FEB. Mas antes mesmo que a decisão de envio das tropas femininas fosse tomada, a preparação do corpo de enfermeiras já tinha sido iniciada nas escolas de enfermagem da época. O que ocorria era que em complemento à formação civil, todas as enfermeiras que se alstavam eram obrigadas a frequentar o Curso de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército (CEERE) ministrado pela Diretoria de Saúde do Exército.

Nesse curso, as mulheres tinham sua formação estruturada em três módulos: havia uma ênfase na parte teórica, na preparação física e na instrução militar. O objetivo do curso era homogeneizar o comportamento das candidatas do processo para que houvesse a absorção de um *habitus* militar, o que tornaria possível enfrentar o cenário de guerra instalado, e também todas as implicações que pudessem vir como consequência desse tipo de evento. (Rosa, 2007)

Como reflexo dessas adversidades, reforçava no imaginário coletivo a idéia de bravura, coragem e altruísmo, elementos que ganhavam um significado simbólico ao atribuir as enfermeiras a um tipo imagético de presença materna no campo de batalha, que aliviavam o sofrimento dos nossos soldados feridos. Por outro lado, essa mesma imagem associada ao cuidado dos “filhos” estava pautada nas atividades que eram vistas como adequadas para as mulheres. Ou seja, como uma vocação natural feminina, essa, que era tida como extensão do papel de mãe que cuida da casa, entendida como o campo de batalha, dos filhos, representados pelos soldados, e está subordinada ao marido, sob a figura do médico que é o chefe da família, a equipe médica.

Em algum momento, pós conflito, a ideia de inferioridade das mulheres e a visão tradicional da mulher presa na esfera privada e nas funções domésticas foram, de certa forma, rompidas. Pois ao participarem de uma Guerra, elas mostraram sua capacidade de se mobilizarem com sucesso naquele ambiente que era considerado hostil e simbolicamente viril.

E assim, nos anos seguintes, dada a experiência feminina na Segunda Guerra Mundial, as FFAA voltaram-se novamente ao recrutamento exclusivamente masculino. Segundo D’Araújo (2004), esse distanciamento feminino das operações militares se deu, e persiste na contemporaneidade em virtude dos valores defendidos historicamente pelos militares, tais como a coragem, a brutalidade e a grosseria que são pré-condições necessárias à incorporação de atributos que estão ligados à masculinidade representados pelo risco, pela mobilidade geográfica, pela separação temporária da família, pela necessidade de praticar a violência, pela exposição ao perigo, aos treinamentos intensivos, aos exercícios físicos pesados e à obediência profissional, acima de qualquer direito ou dever pessoal.

Essa demarcação do que seja função masculina tem sido a principal justificativa para o não-aceso das mulheres aos altos postos da hierarquia militar e foi, durante muito tempo, a principal justificativa para não aceitá-las na corporação.

Quanto à intolerância em relação à natureza biológica feminina, é difundida a visão da mulher como o “sexo frágil” o que contribui para a reprodução dos valores masculinizados na socialização das mulheres que entram na instituição e, com isso, é reforçado o discurso da incompatibilidade feminina com os valores atribuídos ao conceito de **ser militar**. Dessa forma, permite-se que aconteça uma socialização do que é biológico e uma “biologização” do que é de aspecto social, e esse fenômeno mascara divisão arbitrária dos gêneros na organização militar. (Rosa, 2007)

Com efeito, observa-se um paradoxo: “como admitir mulheres, com sua fragilidade e natureza fisicamente débeis, em uma organização que por definição tem de lidar com o monopólio da força bruta?” (Rosa, 2007, p. 233) A saída, segundo D’Araújo (2003) encontrada pelos chefes militares, foi incluí-las com restrições. Ou seja, destiná-las para funções que não exigissem desempenho físico da atividade militar que seriam, como os próprios militares denominam, “tarefa de macho”.

Assim, as Forças Armadas brasileiras incorporaram as primeiras mulheres nos seus contingentes no ano de 1980 por meio da iniciativa da Marinha, seguida da Força Aérea em 1982, e, por último, pelo Exército em 1992, quando abre a primeira turma de oficiais com 29 mulheres que ingressaram na Escola de Administração do Exército, EsAE.

Das três forças armadas, até o momento, a única que possibilitou o acesso de mulheres numa academia militar foi a Força Aérea, com a admissão, em 1996, de 17 candidatas para o curso de Intendência da Academia da Força Aérea (AFA), tendo sido a primeira academia militar da América Latina a aceitar mulheres no seu corpo discente. (Rosa, 2007)

No ano de 2002, em mais um movimento inovador, o Comando da Aeronáutica decide ampliar a participação das mulheres na AFA abrindo 20 vagas para o Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAv), grupo considerado a elite da Força Aérea Brasileira. Com essa decisão, a FAB rompe duas barreiras históricas da organização militar:

- 1) a restrição das mulheres em combate, pois os pilotos são formados para ações bélicas;
- 2) e o acesso ao topo da carreira, pois os oficiais aviadores podem ascender ao posto de Brigadeiro-do-ar.

Nota-se que o esforço de inclusão das mulheres nas Forças Armadas, especialmente em se tratando do Exército, ocorreu uma maneira cautelosa. Todas as portas de entrada para o Exército foram para áreas não operacionais, isso significa que essas mulheres foram destinadas para as áreas administrativas, de ensino e saúde que não exigiam as características “masculinas” citadas anteriormente e o principal: nenhuma delas conduz ao topo da carreira militar, impedindo de maneira prática, com isso que uma mulher venha a comandar a organização em algum momento. (Rosa, 2007) Mas mesmo, em outras instituições como a Aeronáutica, não há a presença de mulheres que ocupem as graduações de Cabo e de Soldado, seja pela via do concurso público e nem pela do Serviço Militar Voluntário. (Almeida, 2014)

Com base na contextualização histórica da inserção feminina no universo militar, é possível dizer, segundo Rosa (2007) que ainda se trata de uma temática que está em andamento, evolução. Seja por pressão social ou por iniciativa institucional, o fato é que a “mulher militar” é um dado, real, constituído na realidade.

5.1. Masculinidade hegemônica

Segundo Rosa, (2007) os estudos do campo das Relações Internacionais passam a olhar a categoria de “gênero” como resultado da relação entre homens e mulheres, entre feminilidades e masculinidades, e observando-as, sobretudo, como uma relação de poder em que ocorrem assimetrias entre os gêneros analisados conforme o contexto. Alguns estudos sobre masculinidade sugerem que essas relações podem ser vistos dentro de uma lógica de hegemonia, de dominação ou, em uma perspectiva crítica, superar as duas primeiras. No âmbito do conceito da Hegemonia, há a observação da categoria “gênero” e “classe”, na qual busca propor o conceito de masculinidade hegemônica. Rosa (2007)

Sob a égide do trabalho de Pooja Gopal (2023), exploraremos os conceitos de masculinidade hegemônica e feminilidade militarizada no contexto das instituições militares, ela busca analisar como essas construções moldam a cultura militar, perpetuando dinâmicas de poder de gênero e influenciando a inclusão de mulheres nas forças armadas. Aponta que apesar dos avanços legais em direção à igualdade de gênero, as normas culturais profundamente enraizadas dificultam a plena integração de mulheres em papéis de combate e liderança. Aborda os desafios enfrentados por mulheres no meio militar, suas estratégias para navegar nesse espaço dominado por homens e a necessidade de reformas estruturais para redefinir as noções militarizadas de gênero.

Uma vez que, historicamente, as instituições militares foram vistas como os bastiões de ideais masculinos, onde força, agressividade e dominação são valorizadas. Esses atributos, que são essencialmente considerados como características masculinas, formam a base da masculinidade hegemônica, uma construção que legitima a dominação masculina tanto em instituições militares quanto na sociedade em geral. Os papéis das mulheres, nesse contexto se tornam limitados tradicionalmente ao cuidado e ao suporte administrativo, eles se expandiram gradualmente, mas continuam restritos por barreiras culturais e institucionais.

A feminilidade militarizada surge como um conceito complementar à masculinidade hegemônica, onde retrata as mulheres militares como incorporadas aos traços de absorção, enquanto adotam características masculinas para se encaixar em um ambiente tradicionalmente masculino. Essa dicotomia, frequentemente coloca as mulheres em um cenário paradoxal, onde são simultaneamente celebradas e marginalizadas. Gopal (2023) mostra que as dicotomias de gênero persistentes nas estruturas militares, e examina as experiências vividas pelas mulheres soldados e sugere caminhos para uma cultura militar mais inclusiva.

A masculinidade hegemônica, está referida como a forma dominante de masculinidade que subordina outras masculinidades e feminilidades. No contexto militar, caracteriza-se por agressividade, controle emocional, força física e disposição para usar a violência. O exemplo do "soldado ideal" deixa claro esses traços, criando um padrão que exclui ou marginaliza aqueles que não se conformam.

Para os homens, falhar em incorporar esses traços muitas vezes resulta neles adquirindo involuntariamente um rótulo de fraqueza ou afeminação, enquanto as mulheres precisam adotá-los (traços masculinos) para obter legitimidade.

Inobstante, a feminilidade militarizada tem a sua emergência quando as mulheres militares adotam traços masculinos para afirmar sua competência, enquanto mantêm elementos considerados característicos da feminilidade para evitar serem vistas como fora das normas sociais. Essa dualidade reforça a noção de que as mulheres são "exceções" em um espaço dominado por homens, em vez de participantes iguais (Gopal, 2023).

5.2. Papéis tradicionais de gênero na Guerra

Historicamente, os papéis das mulheres em tempos de guerra eram restritos às funções de apoio, como enfermeiras, motoristas e trabalhadoras nas fábricas. Já durante as duas Grandes Guerras, as suas contribuições foram significativas, mas de forma alguma essas desafiaram o monopólio masculino no combate. Já na segunda metade do século XX, reformas nas leis em países como Estados Unidos, Canadá e Israel permitiram que as mulheres ocupassem posições de combate. Entretanto, essa inclusão frequentemente vinha acompanhada de condições que perpetuavam a desigualdade, como a avaliação minuciosa e tendenciosa de suas habilidades físicas.

Uma barreira que se mostrou preponderante à integração das mulheres nos papéis de combate é a percepção de que são fisicamente e emocionalmente inadequadas pro conflito. Esse estereótipo atribuído às elas mina as suas contribuições e sujeita-as a uma avaliação desproporcional em relação aos homens.

Além disso, para Gopal (2023) a presença feminina é frequentemente enquadrada como uma ameaça à coesão e efetividade das unidades militares.

“E a razão da reprodução da ordem de gênero é encontrada no estudo de Gilder (2019) que revela de forma proeminente que a noção convencional de gênero e as práticas discursivas no ambiente militar misturam a heteronormatividade e a masculinidade hegemônica ao posicionar os outros femininos (mulheres e homens não heterossexuais) como uma ameaça à eficácia militar.”

(Gopal, 2023, p. 38)

Ela demonstra, no entanto, que a integração de gênero não afeta significativamente o desempenho, o que torna essa crença falseável.

Nesse sentido, as mulheres enfrentam um duplo ônus: elas precisam demonstrar competência enquanto lidam com uma cultura que as vê como intrusas. Muitas vezes, isso leva a uma hipercompensação, onde adotam comportamentos hiper-masculinos para ganhar aceitação Gopal (2023), até mesmo há adoção de palavras que não sejam ligadas às suas “funções” femininas, como, por exemplo, a adoção de “capitão” ao invés de capitã, “piloto” ao invés de “pilota”.

6. Socialização e treinamento militar

O treinamento militar é um local chave para a produção da masculinidade militarizada. Os recrutas devem passar por um condicionamento rigoroso que transmite disciplina, agressividade e controle emocional, criando um padrão que desafia desproporcionalmente mulheres e homens que não estão conformes. Bem como da imagem do guerreiro masculino como o protetor supremo da nação está profundamente enraizada na cultura militar, marginalizando as mulheres e apagando contribuições de homens que rejeitam a masculinidade militarizada.

Nesse sentido, muitas mulheres adotam traços masculinos, como a resistência física e estoicismo emocional, ou seja, acreditam que as reações emocionais às situações negativas podem levar a uma percepção distorcida da realidade. O fazem para se encaixar na cultura militar, uma vez que para Viviane Rios Balbino:

“A masculinização é uma das estratégias de lidar com uma das formas mais comuns que a discriminação de gênero assume no ambiente trabalho contemporaneamente. Trata-se do assédio moral, forma de intimidação mais sutil que o assédio sexual em que a sedução não precisa estar presente, que busca desqualificar a qualidade do trabalho da mulher pelo seu sexo, pela sua forma física diferente, pela sua condição de mãe, ou seja, pelo fato de ser mulher.” (BALBINO, 2011, p. 46-47)

Mas essa estratégia, embora eficaz para ganhar aceitação, serve como reforço para o ideal hegemônico masculinizado.

Contudo, algumas mulheres desafiam normas tradicionais ao integrar traços femininos em suas identidades de soldado. Elas enfatizam habilidades como

empatia e comunicação, reinterpretando-as como ativos valiosos. Desse modo, ao redefinir a noção de soldado visando valorizar traços diversos, como a colaboração e adaptabilidade, em vez de agressividade e dominação, se mostra essencial. Os programas de treinamento devem refletir esses valores para promover uma cultura inclusiva referente às mulheres.

A integração das mulheres nas forças armadas é um processo complexo e contínuo. Apesar dos avanços legais, obstáculos culturais e institucionais permanecem. A masculinidade hegemônica e a feminilidade militarizada continuam a moldar a cultura militar, marginalizando mulheres e outros indivíduos que não atendem a esses requisitos.

Portanto, as reformas militares devem abordar interseccionalidades de gênero, raça e sexualidade, criando um ambiente onde todos possam prosperar, e a verdadeira igualdade de gênero no campo militar exige uma transformação fundamental de suas estruturas e práticas. É preciso redefinir as características associadas à atuação militar, abordar as desigualdades interseccionais e fomentar uma cultura que valorize a diversidade são passos essenciais para a evolução da instituição em uma direção que inclua mais as mulheres.

6.1. Desafios para a presença das mulheres nas Forças armadas no Brasil

A Constituição Brasileira (1988) garante o acesso igual de homens e mulheres aos serviços militares. Com isso, a defesa da equidade é uma pauta constitucional, e por mais que argumentos secundários tentem denotar que a participação feminina nas forças armadas não seria oportuna considerando as especificidades do gênero, tais como, a capacidade de força, a estrutura física, a necessidade de ter vínculos mais próximos com os filhos, é possível afirmar que nada disso é razoável à luz da modernidade. Factual é que, a carreira militar pressupõe treinamentos que dedicam disciplina, treinamento e preparo. Esse treinamento pode ser ministrado para homens e mulheres. Também é factível que por força constitucional, os papéis sociais direcionados somente a mulher, também pertencem aos homens: tais como como obrigações materiais e emocionais com o cuidado e educação dos filhos. Contudo, aos poucos a sociedade percebe-se mais plural. As regras do patriarcado começam a ceder e novas condutas sociais de cooperativismo passam a ser notadas na sociedade. (Matos *et al.*, 2016)

Entretanto, em razão do serviço militar ser vedado ao gênero masculino, grande parte das primeiras mulheres a participar das forças armadas, o fizeram por meio do disfarce, escondendo o gênero feminino e se passando pelo masculino para poder ingressar clandestinamente no serviço militar. Como, por exemplo Maria Quitéria de Jesus Medeiros que, em 1823, que se disfarçou de homem e se alistou no serviço militar para lutar na Guerra da Independência Brasileira, na Frente de Resistência Baiana, sob a alcunha de Medeiros, tendo vindo a integrar o Batalhão dos Periquitos. Ela foi considerada a primeira mulher militar brasileira, e recebeu em 1823, do então Imperador D. Pedro I, o título de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro, tendo sido instituída como Patrono do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro em 1996, através de Decreto de 28 de Junho de 1996. (Matos *et al.*, 2016)

Contudo, como pontua (Giannini; Folly; Lima, s.d.) há uma diferença gritante de percepção entre as três Forças, quanto à possibilidade das mulheres exercerem ou não funções de combate, especificamente a função-fim da força. Na Aeronáutica, por exemplo as mulheres podem exercer a função de aviadoras há mais de 10 anos. No caso do Exército e da Marinha, elas ainda não podem atuar em posições de combate.

De uma maneira geral é amplamente aceito que as mulheres tenham um papel a desempenhar nas forças, geralmente elas ocupam cargos em áreas de logística e administração e até mesmo apoio ao combate. Entretanto, essas funções, de certa forma, reforçam estereótipos e excluem as mulheres do principal caminho para ascender a posições de poder. Esses tópicos são justificados de modo que as medidas que reforçam a desigualdade de gênero são entendidas como uma forma de proteção. Por exemplo, a possibilidade de que as militares mulheres sejam mães ou de que sofram assédio e/ou abuso são considerados impeditivos para que trabalhem em certos meios ou que engajem com certas armas, essas são premissas que desafiam a transformação das sociedades e são incoerentes com a própria natureza dos conflitos armados contemporâneos. (Giannini; Folly; Lima, s.d.)

Além dessas restrições, é possível ainda observar que há as dificuldades enfrentadas com a inserção do gênero feminino em um universo amplamente dentro do espectro masculino. Desse modo, o acesso ampliado a todas as áreas das

Forças Armadas Brasileiras corresponderia, portanto à um desejo reprimido por parte do segmento feminino da sociedade e este tem se demonstrado tangível, haja vista a igualdade constitucional entre os gêneros e a capacidade das mulheres em desempenhar as mesmas atividades exercidas pelos homens nas diversas áreas de atuação existentes na Força Aérea Brasileira, os empecilhos para o ingresso no CFOINF ou no Serviço Militar Voluntário se resumiriam a problemas de infraestrutura, como, por exemplo, a necessidade de construção de alojamentos femininos ou a adaptação de uniformes, segundo Matos *et al.*, (2016)

Entretanto, atualmente, a FAB detém o maior número de militares mulheres, bem como foi a primeira das Forças a integrar mulheres para atuar em sua atividade-fim ao receber, em 2003, as primeiras mulheres para o Curso de Formação de Oficiais Aviadores como mostra o Ministério da Defesa (2016).

7. Análise de Imagens

Ao analisar o vídeo “Vídeo em homenagem ao Dia do Aviador e da Força Aérea Brasileira” (2024), disponibilizado no canal oficial da FAB, é possível observar alguns pontos de inflexão, por exemplo, em se tratando da comemoração do aviador, podemos observar no vídeo que durante todo o tempo do vídeo (2:48) com excessão de alguns segundos, a Força Aérea Brasileira é representada por militares homens, homenageando, inclusive três ex-militares da força: Eduardo Gomes Casimiro Montenegro Filho e Nero Moura, todos do gênero masculino. Podemos inferir, portanto, nesse contexto, que a própria Instituição tem em seu próprio meio de comunicação uma preferência pela representação estética de militares homens, e para além, todos os militares retratados no vídeo são vistos em posições mais assertivas, quase que de combate.

Em contraste, podemos observar durante o vídeo “Homenagem da FAB ao Dia Internacional da Mulher”, que por obviedade estão representadas apenas mulheres, entretanto, essas mulheres estão representadas como professoras, médicas, mecânicas, parte do corpo administrativo e assim por diante, e além disso são proferidas frases: “Mulher que cuida”, “Mulher que ensina”, etc que acabam por reforçar de maneira contundente o papel da mulher em papéis de menor importância dentro da FAB.

8. Conclusão

A participação das mulheres nas Forças Armadas e no setor da aviação reflete um panorama complexo de lutas por igualdade, transformação cultural e resistência a estruturas historicamente voltadas ao masculino. Emergem ao longo do trabalho, pontos cruciais que revelam a persistência de barreiras estruturais e discursivas.

Desde os primeiros passos de pioneiras como Anésia Pinheiro Machado e Carla Borges, até a análise do *habitus* militar e da masculinidade hegemônica, percebe-se como a presença feminina no ambiente militar desafia as normas pré-estabelecidas.

A construção histórica e cultural das Forças Armadas brasileiras reforçou, por séculos, uma visão que associa atributos como força, controle emocional e agressividade exclusivamente à masculinidade. Essa lógica excluiu as mulheres de espaços de decisão e combate, restringindo-as a funções auxiliares ou administrativas.

No entanto, a inserção de mulheres em cargos como aviadoras e combatentes, ainda que gradual e desafiadora, já indica a quebra de algumas dessas barreiras. A admissão de mulheres na Academia da Força Aérea em 1996 e a conquista de cargos de destaque, como o de Carla Borges no comando do avião presidencial, simbolizam avanços significativos. Esses marcos evidenciam que a competência não é uma questão de gênero, mas de preparo e oportunidade.

No contexto deste trabalho, as imagens analisadas reforçam os papéis estereotipados atribuídos às mulheres nas Forças Armadas. Vídeos institucionais da FAB destacam homens em posições assertivas e de combate, enquanto as mulheres são frequentemente representadas como cuidadoras ou em funções de apoio. Esses retratos imagéticos refletem e perpetuam a divisão de gênero no campo militar, sugerindo que os valores e papéis femininos são inferiores ou complementares aos masculinos.

O trabalho enfatiza a importância de perguntar “onde estão as mulheres?” e “como elas estão sendo representadas?”. Essa abordagem permite desvendar desigualdades naturalizadas, como o chamado “teto de vidro”, que limita o acesso das mulheres a posições de liderança. Além disso, evidencia como as práticas

discursivas e culturais no ambiente militar reforçam a masculinidade hegemônica, excluindo ou marginalizando aqueles que não se enquadram nesse modelo.

O desafio, portanto, não está apenas na adaptação de estruturas físicas, como alojamentos ou uniformes, mas na transformação de estruturas culturais profundamente enraizadas. Isso inclui repensar as normas de socialização e treinamento militar.

Conclui-se, portanto, que a plena integração das mulheres nas Forças Armadas e na aviação exige mudanças substanciais. Reformas institucionais devem abordar as interseccionalidades de gênero, raça e sexualidade, criando um ambiente que valorize a diversidade e promova a igualdade de oportunidades. Além disso, a cultura militar precisa ser reavaliada para reconhecer e valorizar diferentes formas de competência, indo além das noções tradicionais de força e dominação.

Por fim, a trajetória das mulheres no ambiente militar e na aviação brasileira é um reflexo de transformações sociais ainda em curso. E apesar das resistências, o trabalho buscou demonstrar que a inclusão não só é possível, mas sobretudo necessária. A partir das reflexões teóricas e práticas levantadas, ficando claro que o fortalecimento da igualdade de gênero nas Forças Armadas e na aviação não é apenas uma questão de justiça, mas também uma oportunidade de enriquecer e diversificar as instituições militares brasileiras, tornando-as mais representativas e eficazes no cumprimento de suas missões.

5. Referências bibliográficas

ACKERLY, Brooke. Feminist Methodological Reflection. *In*: KLOTZ, Audie; PRAKASH, Deepa. **Qualitative Methods in International Relations: A Pluralist Guide**. New York: Palgrave Macmillan, 2008, p. 28-42.

ALMEIDA, Vítor Hugo de Araújo. Mulheres nas forças armadas brasileiras: situação atual e perspectivas futuras. **Cadernos ASLEGIS**, n. 51, p. 91-134, jan./abr. 2014.

AMARAL, Tatiane Moura. Não se nasce, torna-se militar: o processo de entrada nas academias militares brasileiras através da teoria da prática. *In*: SIQUEIRA, Isabel Rocha de; COSTA, Vítor de Souza. (org.). **Metodologia e relações internacionais [recurso eletrônico]: debates contemporâneos: vol. IV**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2023. p. 123-143. Disponível em: <https://www.editora.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1204&sid=3> Acesso em 01 dez. 2024.

BALBINO, Viviane Rios. A representação social das mulheres. *In*: _____. (org.). **Diplomata substantivo comum de dois gêneros: um estudo sobre a presença das mulheres na diplomacia brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. p. 33-49

BLEIKER, Roland. The Aesthetic Turn in International Political Theory. **Millennium: Journal of International Studies**, London, v. 30, n. 3, p. 509-533, 2001.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 dez. 2024.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches, and Bases: Making Feminist Sense of International Politics**. London, Pandora, 1989, p. xi.

ENLOE, Cynthia. Gender Makes the World Go Round: Where Are the Women? *In*: _____. (org.). **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics**. Los Angeles: University of California Press, 2014, p. 1-37)

ENLOE, Cynthia. Lady Travelers, Beauty Queens, Stewardesses, and Chamber Maids: The International Gendered Politics of Tourism *In:_____* (org.). **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics**. Los Angeles: University of California Press, 2014, p. 38-82)

D'ARAUJO, Maria Celina. Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil. In: CASTRO, C.; IZECKSOH, V.; KRAAY, H. *In: _____*. (org.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

D'ARAUJO, Maria Celina. Postmodernity, sex and gender in Armed Forces. **Security and Defense Studies Review**, v.3, n.1, p.70-108, Spring 2003.

FRANKLIN, Karen. **Os conceitos de *Doxa* e *Episteme* como determinação ética em Platão**. Orientador: Prof. Dr. Jayme Paviani. 2004. 3 f. Dissertação de Doutorado - Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/mxGBW4njhGMHDSZgtjGZx/#> Acesso em: 20 nov. 2024.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA. Vídeo em homenagem ao Dia do Aviador e da Força Aérea Brasileira. YouTube, 22 out. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yNfoYtchtcd>. Acesso em: 2 dez. 2024.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA. Homenagem da FAB ao Dia Internacional da Mulher. YouTube, 8 mar. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8SIO76xEees>. Acesso em: 2 dez. 2024.

GIANNINI, Renata Avelar; FOLLY, Maiara; LIMA, Mariana Fonseca. Situações extraordinárias: a entrada de mulheres na linha de frente das Forças Armadas brasileiras. **Instituto Igarapé**. Disponível em: <https://igarape.org.br/mulheres-forcas-armadas/pt/>. Acesso em: 2 dez. 2024.

GILDER, Bobbi J. Van. **Femininity as perceived threat to military effectiveness: how military service members reinforce hegemonic masculinity in talk**. *Western Journal of Communication*, v. 83, n. 2, p. 151-171, 2019.

GOPAL, Pooja. **Hegemonic masculinity and militarised femininity: military, women and combat.** *Vantage: Journal of Thematic Analysis*, v. 4, n. 1, p. 33-44, 2023. DOI: <https://doi.org/10.52253/vjta.2023.v04i01.05>.

MARQUES, Marília. Pilota de Temer é 1ª mulher a comandar avião presidencial; conheça trajetória. **G1**, 08 de mar. De 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/pilota-de-temer-e-1-mulher-a-comandar-aviao-presidencial-conheca-trajetoria.ghtml>>. Acesso em: 22, maio 2023.

MATOS, Deise Justino *et al.* **MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS: Desenvolvimento Histórico-Jurídico da Participação Feminina na Defesa Nacional.** 2016, p. 1-19.

Ministério da Defesa. **História de mulheres nas Forças é repleta de lutas e conquistas.** Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/index.php/noticias/18669-historia-de-mulheres-nas-forcas-e-repleta-de-lutas-e-conquistas>. Acesso em: 02 dez. 2024.

Primeira piloto da FAB a fazer voo solo em caça passa a conduzir avião presidencial. **FAB**, 22 de dez. de 2016. Disponível em: <<https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/28837/PIONEIRISMO%20%E2%80%93%20Primeira%20piloto%20da%20FAB%20a%20fazer%20voo%20solo%20em%20ca%C3%A7a%20passa%20a%20conduzir%20avi%C3%A3o%20presidencial>>. Acesso em: 22, maio 2023.

ROSA, Alexandre Reis. **(O) Braço forte, (A) mão amiga: um estudo sobre dominação masculina e violência simbólica em uma organização militar.** Orientador: Prof. Dr. Mozar José de Brito. Dissertação de Pós-Graduação - Administração, Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, 2007.

Saiba como é a formação do aviador da Força Aérea Brasileira. **FAB**, 22 de out. de 2017. Disponível em: <<https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/31128/DIA%20DO%20AVIADOR%20-%20Saiba%20como%20%C3%A9%20a%20forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20aviador%20da%20For%C3%A7a%20A%C3%A9rea%20Brasileira>>. Acesso em: 22, maio 2023.

Apêndice A — Subtítulo do apêndice (opcional)

Apêndices e anexos são materiais complementares ao texto que só devem ser incluídos quando forem imprescindíveis à compreensão deste. Apêndices são textos elaborados pelo autor a fim de complementar sua argumentação. Anexos são os documentos não elaborados pelo autor, que servem de fundamentação, comprovação ou ilustração, como mapas, leis, estatutos etc. Os apêndices devem aparecer após as referências, e os anexos, após os apêndices, e ambos devem constar no sumário.

Anexo 1 — Subtítulo do anexo (opcional)

Apêndices e anexos são materiais complementares ao texto que só devem ser incluídos quando forem imprescindíveis à compreensão deste. Apêndices são textos elaborados pelo autor a fim de complementar sua argumentação. Anexos são os documentos não elaborados pelo autor, que servem de fundamentação, comprovação ou ilustração, como mapas, leis, estatutos etc. Os apêndices devem aparecer após as referências, e os anexos, após os apêndices, e ambos devem constar no sumário.